

## Tocqueville e a Democracia: Instabilidade e/ou mediocridade

### O Antigo Regime e a Revolução

Glosadas ainda nas décadas de 1830 e de 1850 por Alexis de Tocqueville (*ver caixa — Nota Biográfica: Alexis de Tocqueville*), as *Considerations* de Burke parecem constituir o modelo com base no qual se constrói um retrato da sociedade saída da revolução (ou das revoluções, entretanto desencadeadas as de 1830 e de 1848), no qual é evidente, acima de tudo, o carácter extremamente instável da mesma. Ao que parece, uma vez desencadeada a febre da Razão e da Igualdade (é esta última que Tocqueville considera a paixão suprema geradora dos ímpetus revolucionários, o motivo central que foi capaz de gerar revolução após revolução, a pontos de o autor considerar a eventualidade de se tratar de um facto originado pela Providência e contra o qual não se deve ou não pode querer ...), suprimida a tradição como fonte de autoridade: nada parece poder substituí-la. Na verdade, nada parece em definitivo poder subsistir. O permanente pôr em causa de toda a autoridade e de toda a hierarquia que as sucessivas vagas revolucionárias expressaram (e simultaneamente fortaleceram), resulta em sucessivas manias legiferadoras de vários tipos, contradizendo-se e opondo-se mutuamente, sem que nenhum modelo de organização política pareça, para a França, ser viável.



### Alexis de Tocqueville: Nota Biográfica

Alexis Charles Henri Maurice Clérel de Tocqueville nasceu em Verneuil, a 29 de Julho de 1805, no seio de uma família proveniente da antiga *nobreza de toga* francesa. Pelo lado da mãe era descendente de Malesherbes, que fora advogado de defesa de Luís XVI no processo que levou à condenação e execução deste. O próprio Malesherbes viria a morrer no cadafalso em 1794, e o pai e a mãe de Tocqueville foram dele salvos *in extremis* pelo golpe de estado de 9 do Thermidor. A formação do jovem Tocqueville foi, no início, orientada pelo abade Lesueur, antigo preceptor do seu pai. Fez estudos secundários em Metz e estudou depois direito em Paris. Em 1827, durante a monarquia da Restauração, Alexis de Tocqueville é «nomeado por ordenação real juiz auditor em Versailles, onde o pai reside desde 1826 na qualidade de prefeito» (Aron, 1991: 255). No ano seguinte trava conhecimento com Mary Motley, de quem fica noivo. Em 1830, a monarquia legitimista da Restauração é derrubada pela revolução de

Julho, que instaura a monarquia liberal do «rei-cidadão» Luís Filipe de Orléans. Tocqueville, embora ligado por fidelidade familiar e pessoal à dinastia dos Bourbons, afastara-se das políticas de intransigência dos governos do último dos monarcas desta, Carlos X. Aceitou, pois, se bem que a contragosto, prestar juramento ao novo rei.

No ano seguinte é, por solicitação sua, nomeado pelo ministro do Interior para uma missão de estudo do regime penitenciário norte-americano, em companhia do seu amigo Gustave de Beaumont. Permanecerá nos EUA entre Maio de 1831 e Fevereiro de 1832. Nesse mesmo ano ainda, por solidariedade com Beaumont, que fora afastado da magistratura por motivos de recusa de participação em tarefas que considerava desonrosas, Tocqueville demite-se do seu próprio cargo de magistrado. Em 1833 é publicado o estudo, elaborado de parceria com Beaumont, sobre o regime penitenciário nos EUA. Dois anos depois, é a vez dos dois primeiros livros de *Da Democracia na América*, que obtêm um enorme sucesso. Em 1836 casa-se com Mary Motley. Entretanto, visita a Suíça e a Inglaterra, nesta travando conhecimento com o economista Nassau Senior. Candidata-se às eleições legislativas de 1837, sendo derrotado depois de ter recusado o apoio oficial. Em 1838 é eleito membro da Academia das Ciências Morais e Políticas. No ano seguinte, candidata-se de novo nas eleições legislativas, sendo eleito com «uma imponente maioria» (Aron, 1991). Em 1840, são publicados os livros III e IV de *Da Democracia na América*, os quais receberam um acolhimento menos entusiástico. Em 1841, é a vez de a Academia Francesa o eleger para seu membro. Entretanto, desenvolve múltiplas actividades políticas, parlamentares e extra-parlamentares, em campos como o regime das prisões e a situação nas colónias de África (em 1841 e 1846, aliás, visita a Argélia). Em Janeiro de 1848, discursando na Câmara, Tocqueville expressa a sua convicção de que os políticos do regime estão a «adormecer em cima de um vulcão» (*id., ibid.*: 256). Em Abril desse ano, concorrendo às eleições legislativas já em regime republicano, Tocqueville mantém o seu mandato de deputado. É co-redactor da nova Constituição. O novo regime deixa-o livre para assumir as suas convicções legitimistas, votando no candidato deste partido para a presidência da República, Cavaignac. A Segunda República Francesa, aliás, é já, em Junho de 1849, suficientemente conservadora para Tocqueville poder ser nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Mantém-se nesse lugar até Outubro seguinte. Entre 1850 e 1851 redige as suas *Memórias*, onde dá conta deste episódio.

A seguir ao golpe de Estado de Luís Bonaparte, a 2 de Dezembro de 1851, Alexis de Tocqueville afasta-se definitivamente da vida política activa. Instalando-se em Tours, pesquisando nos arquivos dessa cidade e em arquivos da Alemanha (à qual realiza uma viagem) sobre a sociedade de Antigo Regime, e o período revolucionário de 1789 e anos seguintes, Tocqueville virá a publicar em 1856 *O Antigo Regime e a Revolução* (primeira parte). A recepção a esta obra foi marcada pela sensação de desconcerto dos seus leitores: «Neste jogo de

espelhos em que o historiador e a Revolução acreditam na palavra um do outro (...) Tocqueville introduz a dúvida ao nível mais profundo: e se não houvesse, neste discurso da ruptura, mais do que *ilusão* de mudança?» (François Furet, cit. Hirschman, 1991: 85). Na verdade, não passou despercebido a ninguém qual era, verdadeiramente, a questão: «mais impressionado (...) com o quotidiano que com o extraordinário, com a liberdade civil que com a liberdade política, (...) empreende sem alarido e quase sem o confessar a si próprio, uma certa reabilitação do Antigo Regime» (Charles de Rémusat, cit. *id., ibid.*: 84). Mas se Rémusat era um literato famoso pelas suas ideias liberais, Jean-Jacques Ampère, historiador, íntimo de Tocqueville e membro, como ele, da Academia Francesa, era ainda mais explícito: «Ficamos espantados ao ver no livro de M. de Tocqueville até que ponto quase tudo o que se encara como resultados ou, assim se diz, conquistas da Revolução, existia no Antigo Regime: centralização administrativa, tutela administrativa, costumes administrativos, garantia do funcionário (...), extrema divisão da propriedade, tudo isso é anterior a 1789. (...) Lendo estas coisas, perguntamo-nos o que é que a Revolução mudou e para que é que ela foi feita» (Ampère, cit. *id., ibid.*: 84). As opiniões de Tocqueville, na verdade, provocaram um desconcerto e uma irritação indefinida que fizeram a sua obra manter-se durante muito tempo pouco trabalhada, quase ignorada pelas principais correntes da historiografia sobre a Revolução. E Hirschman (*id.*: 86) observa que isso ficou a dever-se menos ao facto de Tocqueville ser um conservador (as opiniões de Taine sobre a Revolução são muito mais violentas que as suas e a obra deste foi rapidamente comentada e «absorvida») do que ao uso predominante do que chama argumento de «inabilidade»: a sugestão de impossibilidade de alterar de forma profunda a realidade social.

Em 1857, Tocqueville desloca-se à Inglaterra para novas pesquisas sobre o mesmo assunto do fim do Antigo Regime, visando a elaboração do que faltava escrever daquela obra. «Quando regressa, o Almirantado britânico põe, sob a forma de homenagem, um navio à sua disposição» (Aron, 1991: 257). Morre a 16 de Abril de 1859, em Cannes. O resto de *O Antigo Regime e a Revolução* ficaria por escrever. (Sobre Tocqueville, ver Aron, 1991 e Hirschman, 1991.) ■

O diagnóstico, em essência, aponta mais uma vez para o lema dos *corpos sociais intermédios*, cuja supressão veio associada a uma hipertrofia do centro político, do próprio Estado, correlativa a uma total impotência dos indivíduos isolados. A sociedade saída da Revolução não é mais livre: o poder político posterior àquela, sendo único, é na realidade, e por isso mesmo, ilimitado e despótico. Nem mais racional: as manias legiferadoras parecem, na verdade, resultar mais de paixões destrutivas do que de outra coisa e, se houve novidade que a Revolução tenha realmente produzido, essa foi a dos *líderes carismáticos* (bem entendido, a designação não é essa), objecto, por parte de muitos dos seus compatriotas, de uma devoção

maior e mais cega do que a que alguma vez fora concedida aos monarcas tradicionais. Nem tampouco é estável: o Estado, opina Tocqueville, é na verdade simultaneamente muito fraco e muito forte; onnipotente, mas anárquico e caótico. Nem, enfim, é mais pacífica: algumas das maiores e mais eficazes inovações revolucionárias parecem ser as referentes justamente ao campo da organização militar; todavia, em lugar de elas terem afastado os guerreiros da vida política, a verdade é que os exércitos têm nesta um papel maior do que antes, e constituem um factor que faz permanentemente perigar a paz.

Em todo o caso, nada disto impede Tocqueville de voltar, como os autores antes referidos, a bater na tecla dos antecedentes da Revolução Francesa. A maior parte das pulsões, nesta detectáveis, estava já em movimento (lamentável, mas inegavelmente) na sociedade dos últimos tempos da antiga monarquia: centralização política e administrativa, uniformização, nivelamento (por baixo) do conjunto da sociedade, tendências inovadoras e racionalizadoras; desrespeito pelos corpos intermédios, pelas prerrogativas da nobreza, pelas tradições, etc. Assim, e seguindo Hirschman (1991), podemos dizer que Tocqueville combina aquilo a que deveríamos chamar a crítica às mudanças trazidas pela Revolução Francesa em nome dos *efeitos perversos* (as acções desenvolvidas tendentes a instaurar racional e conscientemente uma ordem social assente nos valores de Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Razão, etc., produzem exactamente o efeito contrário ao desejado), com a crítica em nome da *futilidade* ou da *inanidade* (em essência, todos os esforços desenvolvidos foram inúteis e nada de importante alteraram). Naturalmente, o caldear deste último argumento (o mais distanciando e frio dos dois) com o primeiro (mais apaixonado e polémico) produz um efeito que poderíamos definir dizendo que, para ele, tudo permaneceu em essência na mesma, embora tenha mudado para pior na maneira de o ser. Dito de outra forma ainda, tudo o que supostamente a Revolução teria trazido de bom, a própria continuação do Antigo Regime teria também permitido alcançar, mas sem sobressaltos. Com as perturbações revolucionárias ficaram apenas agravadas as tendências negativas já antes observáveis (instabilidade, centralização), acrescentando todavia Tocqueville, quanto a esse aspecto, e seguindo Burke (Aron, 1991), que a revolução não destruiu corpos vivos, mas cadáveres: a antiga ordem tinha-se já destruído, perdendo o respeito por si própria, antes de a revolução a varrer da cena.

### Da Democracia na América

Se o caso francês de um Estado simultaneamente tirânico e instável (glosado em *O Antigo Regime e a Revolução*) é aquele que melhor permite a Tocqueville expressar a característica aversão do pensamento político conservador ao poder puro e simples (a distinguir da autoridade), a sociedade norte-americana, e as considerações que acerca dela verteu em *Da Democracia na América*, é talvez a que melhor permite proceder a um estudo acerca do *status*

e da importância desta categoria no seu pensamento. É verdade que as observações são, por via de regra, bem mais indulgentes do que as proferidas acerca da França. Também deste ponto de vista, as afinidades com Burke são notórias. Mas, como lembra Aron (1991), Tocqueville parece ao mesmo tempo inspirar-se no célebre estudo *De l'Esprit des Lois*, de Montesquieu (1964), acerca da monarquia na Inglaterra: à confrontação das duas monarquias (a francesa e a inglesa) sucederia agora a de duas democracias (a francesa e a norte-americana).

Na verdade, tudo nos EUA parece propiciar a democracia ou, pelo menos, permiti-la sem violentar a natureza das coisas: a enorme extensão do território com *frontier* em deslocação inacabada para oeste; a inexistência (ou quase) de uma aristocracia guerreira e terratenente tradicional; a religião maioritariamente protestante e mantendo uma relação de afinidade estreita com a própria origem das reivindicações de independência nacional e de democracia; a estrutura política descentralizada, com vários níveis de exercício do poder (condado, estado e federação); o regime presidencialista, com responsabilidade do governo apenas perante o monarca electivo (isto é, separação de poderes no sentido de independência do executivo face ao legislativo); a grande importância do direito costumeiro (na tradição jurídica britânica) e o recurso a tribunais de jurados; a proliferação do associativismo aos mais vários níveis e encontrando correspondência na liberdade plena de associação política (partidos políticos), etc. Repare-se que também aqui a ênfase vai para o tema da proliferação dos grupos intermédios (ou do que poderíamos considerar um sucedâneo dos *corpos* do Antigo Regime), possibilitando a ligação dos indivíduos e a sua integração no todo social (Nisbet, 1984). Bem assim, as vantagens, para a liberdade, da existência de pluralismo político (com a multiplicação dos centros de poder) resultam evidentes. A todos os níveis, os efeitos benéficos da permanência das tradições na moderação de eventuais tendências excessivamente racionalizadoras são quase demasiado óbvios para terem de ser mencionados.

Em todo o caso, e ressalvada toda a benignidade (em termos comparativos) dos comentários de Tocqueville a propósito dos EUA, cumpre reconhecer que a sociedade norte-americana parece, de acordo com este autor, inevitavelmente condenada àquilo poderíamos considerar uma avassaladora vaga de mediania, para não dizer de mediocridade. Do coração dos norte-americanos não estão ausentes apenas as paixões destrutivas dos seus contemporâneos franceses. Infelizmente, dir-se-ia faltarem *todas* as paixões, excepto a do enriquecimento. Os norte-americanos parecem, na verdade, ser essencialmente indiferentes a todo o tipo de disputas filosóficas, artísticas, políticas, etc., desde que não vejam nelas um interesse imediato. Esta apatia ou indiferentismo generalizado, que Tocqueville afirma suprimir talvez o que de pior há na natureza humana, mas também (infelizmente) o que de melhor nela existe, produz uma vida social onde a diferença individual que caracteriza as grandes almas é impossível. Na América, aliás, a opinião pública é a rainha indiscutida (para não dizer a insuportável tirana) à qual tudo se deve curvar. Um como que gregarismo cego torna, assim, os norte-americanos talvez incapazes do pior, mas seguramente também do melhor.

Embora não tenha sido Tocqueville a escrever o texto seguinte, ele ajudar-nos-á a situar as tendências principais do seu juízo acerca da sociedade norte-americana e do que, em seu entender, é também (e por contraste) a especificidade da situação francesa. A afirmação da índole diferente de cada um dos povos assume, neste contexto, uma importância crucial:

cultura

Somos uma raça de gentis-homens; o nosso ideal foi criado por gentis-homens, não como o da América, por burgueses honestos, homens de negócios sérios. As pessoas que perseguem tão avidamente o ideal americano esquecem que essa raça não tem o nosso passado brilhante, que ela nunca fez uma descoberta de ciência pura, nem criou uma obra-prima, que ela nunca leve nobreza, que o negócio e a fortuna a ocupam por inteiro.

As melhores coisas (por exemplo, as funções do padre, do magistrado, do cientista, do artista, do homem de letras sério) são o inverso do espírito industrial e comercial, sendo o primeiro dever dos que a elas se dedicam não procurar enriquecer, e jamais considerar o valor venal daquilo que fazem (Ernest Renan, cit. Gerschenkron, 1979: 66).

É claro que este gregarismo, este indiferentismo filosófico, esta obsessão universal com o enriquecimento, têm um reverso preciso em termos individuais na sempre presente insegurança de status dos americanos. Como as hierarquias de nascimento e de ocupação são pouco importantes, parece que toda a disputa se transfere para o campo económico: todas as profissões sendo dignas (e nenhuma exactamente nobre), as comparações entre os cidadãos fazem-se por meio dos níveis de rendimento de cada um. De certo modo, é como se, fazendo a hierarquia parte intrínseca e incontornável da natureza humana, o estabelecimento da igualdade jurídica entre os cidadãos tivesse apenas levado a que as comparações, o *mais* e o *menos*, assumissem a forma brutal e quase descarada de uma pura e simples contabilidade. Os norte-americanos, dissemo-lo, conhecem apenas a paixão do enriquecimento, mas associada àquilo a que já se chamou a obsessão de *keep up with the Joneses*, a um princípio de comparação permanente com os outros. Os próprios progressos económicos devem, assim, ser considerados não tanto uma melhoria generalizada das condições materiais da vida de toda a gente (como o optimismo filosófico das Luzes setecentistas tinha superficialmente pensado), mas um processo em que o traço fundamental é o da riqueza relativa ou comparativa de alguns (reverso da pobreza comparativa dos outros, como está bom de ver). O aparente domínio do económico na vida social não suprimiu a importância das diferenças de prestígio: apenas as deslocou e, num certo sentido, tornou omnipresentes.

Esta indefinição e instabilidade do *status* leva os americanos a serem, ora de uma enorme boa fé (ou mesmo ingenuidade), ora tremendamente inseguros e (alternadamente) arrogantes. Mas estes sentimentos tipicamente de classe média são, de acordo com Tocqueville, os prevalecentes na sociedade dos EUA onde, segundo opinou, o enriquecimento está ao

alcance de todos (ou da enorme maioria) e a mobilidade social vertical é um facto indesejado. Assim sendo, e estando o *status*, por outro lado, basicamente condicionado pela situação económica (nos EUA não há profissões vis, interessando apenas fazer dinheiro), é inevitável que o mesmo *status* resulte numa fonte permanente de insatisfação e desassossegado para toda a gente.

É ainda o tema do *status* e da sua indefinição e instabilidade numa sociedade democrática que leva Tocqueville a dirigir sérias advertências aos partidários da emancipação dos negros nos estados do Sul dos EUA. O risco que antevê é, em suma, que esta seja percebida por parte do resto da população como uma ameaça à situação de cada um. Na verdade, observa, nos estados onde a escravatura já foi abolida isso não resultou numa aproximação dos grupos raciais, mas no afastamento recíproco e num reforço dos preconceitos. Assim, ao que parece, também quanto a este aspecto, o estabelecimento da igualdade jurídica deverá ter um efeito exactamente contrário ao desejado pelos partidários da mudança (os abolicionistas): ficarão apenas reforçadas as invejas (por aumento do nível de expectativas por parte dos negros) bem como as suspeições e reacções segregacionistas (por crispação defensiva do lado da maioria branca).

Naturalmente, ao ser referido este aspecto das opiniões de Tocqueville acerca da democracia americana, deve ter-se em conta que os pontos de vista dos defensores da abolição da escravatura eram sustentados em princípios gerais (ou, mesmo, universais), abstractos; enquanto, por outro lado, os estados do Sul se apoiavam em direitos particularistas sustentados pela tradição. Num caso eram tendências conducentes ao reforço do centro (contra as prerrogativas dos estados e, em particular, o seu direito à secessão), à uniformização e à reorganização social com base em princípios abstractos. No outro, a defesa de particularismos regionais, do direito à diferença, do pluralismo de organização política e da tradição.

### Comte: Reorganizar a sociedade

Largamente contemporâneo de Alexis de Tocqueville, Auguste Comte é, em geral, considerado o pai da chamada *escola sociológica francesa*. Em boa medida, pode dizer-se, são na obra de Comte claramente detectáveis influências dos pensadores do iluminismo francês e do grupo dos chamados *ideólogos* e pensadores *thermidorianos* (de 9 do Thermidor, data do golpe de estado que pôs fim ao período dito do Terror). Para ele, as perturbações do período revolucionário a seguir a 1789 e da primeira metade do século XIX são o resultado inevitável de uma mutação social profunda que, mais do que simples anarquia política, denota, segundo afirma, desorganização intelectual. Para a resolução desta se propôs Comte contribuir, devotando o essencial da sua vida a essa tarefa.

Tendo como dado adquirido que nem a antiga organização social pode ser restaurada, nem a desorganização sua contemporânea pode persistir, considera ser inevitável a instauração